



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



REQUERIMENTO

Número

/XII (.ª)



PERGUNTA

Número

/XII (.ª)

Assunto: Eurospuma impõe congelamento de salários, alteração das tabelas remuneratórias e enormes desigualdades salariais

Destinatário: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

A Administração da empresa Eurospuma, S. A., de Espinho, mantém os salários dos trabalhadores da produção congelados há cerca de uma década. Para além da perda de poder de compra que significa este congelamento salarial, a empresa está a tentar impor aos trabalhadores a mudança da contratação coletiva para poder continuar com os salários congelados no futuro.

A empresa está a querer impor a mudança do CCTV de Indústria Química para o CCT da Cordoaria e Redes. Desta forma, dado que as categorias profissionais são diferentes entre os dois CCT, o objetivo é continuar com os salários congelados e até procurar pressionar para reduzir a massa salarial atual.

A faturação da Eurospuma distribui-se da seguinte forma: espumas (60%), matérias-primas para colchões, edredons e almofadas (30%) e produtos acabados ligados aos têxteis-lar (10%). Como se percebe, a mudança do CCT é um mero expediente que visa atacar os direitos dos trabalhadores, dado que a faturação da empresa é largamente maioritária no setor químico. É necessário que as entidades públicas investiguem esta situação e garantam o respeito pelos direitos dos trabalhadores.

Por outro lado, enquanto uma larga maioria dos trabalhadores (os que estão diretamente na produção) têm os salários congelados e as remunerações seguem os escalões previstos no CCTV, há uma minoria que de forma discricionária recebe muito acima da tabela remuneratória. Esta desigualdade deve ser atacada e valorizados os salários mais baixos para que se aproximem das remunerações mais elevadas.

A Eurospuma teve, ao longo dos anos, importantes apoios públicos. Em troca destes apoios, a empresa comprometeu-se com a criação de novos postos de trabalho e o cumprimento de diversos direitos junto dos seus trabalhadores. Ainda em 2011 foi anunciado o alargamento da unidade produtiva existente, num investimento de 10 milhões de euros que teve uma grande parcela de comparticipação pública e comunitária. É inaceitável que uma empresa que teve um grande apoio público seja agora o foco de tamanhas tensões entre a administração e os trabalhadores e procure fugir às suas obrigações sociais.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, as seguintes questões:



1. Tem o Governo conhecimento da tentativa, por parte da Eurospuma, da mudança do CCTV da Indústria Química para o CCT de Cordoaria e Redes? Considera o Governo que esta mudança é aceitável e legal?
2. Que medidas irá o Governo levar a cabo para garantir que a Eurospuma cumpre a lei e segue o CCTV da Indústria Química?
3. Considera o Governo aceitável as desigualdades salariais que se verificam na Eurospuma? Que medidas irá o Governo levar a cabo para investigar e combater esta desigualdade salarial?
4. Quais os apoios públicos que a Eurospuma teve na última década?
5. Quantos estágios profissionais foram apoiados pelo Estado na Eurospuma na última década?
6. Quais os compromissos que a Eurospuma assumiu para a criação de emprego com os apoios públicos de que beneficiou? Esses compromissos foram verificados e fiscalizados? Foram alcançados?

Palácio de São Bento, 17 de junho de 2015.

O deputado
Pedro Filipe Soares